

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.674.134 - SP (2017/0121634-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : **CLAUDIO JOSE MORENO**  
**RECORRENTE** : **ELIDAMARIS SALMASI SOUZA MORENO**  
**ADVOGADOS** : **ARI BERGER E OUTRO(S) - SP065372**  
                  **JOAO MACHADO JUNIOR - SP148450**  
                  **OLÍVIO ZANETTI JÚNIOR - SP319800**  
**RECORRIDO** : **BANCO BRADESCO CARTÕES S.A**  
**ADVOGADO** : **ANDRÉ NIETO MOYA E OUTRO(S) - SP235738**  
**INTERES.** : **DISTRIBUIDORA E REPRESENTACAO COMERCIAL MORENO**  
                  **LTDA - ME**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

ILEGITIMIDADE PASSIVA. Inocorrência. Em que pese a dissolução da empresa, o débito se deu enquanto ela estava em atividade. CARTÃO DE CRÉDITO. Dívida a ser reconhecida.

Requerida que, quando do inadimplemento das faturas do cartão de crédito, já tinha quitado 12 das 48 prestações referentes a financiamento de veículo. Quitação de faturas anteriores que demonstra a contratação do cartão de crédito pela ré e anuência aos índices dos encargos moratórios.

Débito reconhecido em sua totalidade. Valor não constante das faturas que decorre da antecipação das parcelas do financiamento do veículo. Correção monetária que deve se dar pela Tabela Prática deste Egrégio Tribunal. Juros remuneratórios, moratórios e multa a incidirem como pactuado. Sentença reformada em parte.

Apelação da requerida desprovida e recurso do banco provido em parte.

Os recorrentes sustentam ofensa aos arts. 7º, 12, VI, 267, IV e VI do Código de Processo Civil, além de dissídio jurisprudencial.

Incidem, todavia, os enunciados 282 e 356 da Súmula do STF quanto à alegada violação das normas apontadas pelos recorrentes, pois são estranhas ao julgado recorrido, a elas faltando o indispensável prequestionamento, do qual não estão isentas sequer as questões de ordem pública.

O dissídio jurisprudencial, outrossim, não foi adequadamente demonstrado,

# *Superior Tribunal de Justiça*

uma vez que está ausente a indispensável semelhança fática entre as teses confrontadas, pois o acórdão recorrido trata de ação de cobrança, na qual não foi examinado o tema da dissolução da pessoa jurídica previamente ao ajuizamento do processo - enquanto o paradigma versa acerca de embargos à execução fiscal, na qual as instâncias ordinárias constataram que a execução foi intentada após o registro do distrato no órgão competente.

Ademais, a verificação acerca da cronologia relativa à dissolução da sociedade demandaria a análise do conteúdo fático e contratual dos autos, que se situa fora da esfera de atuação desta Corte, nos termos dos enunciados 5 e 7 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora